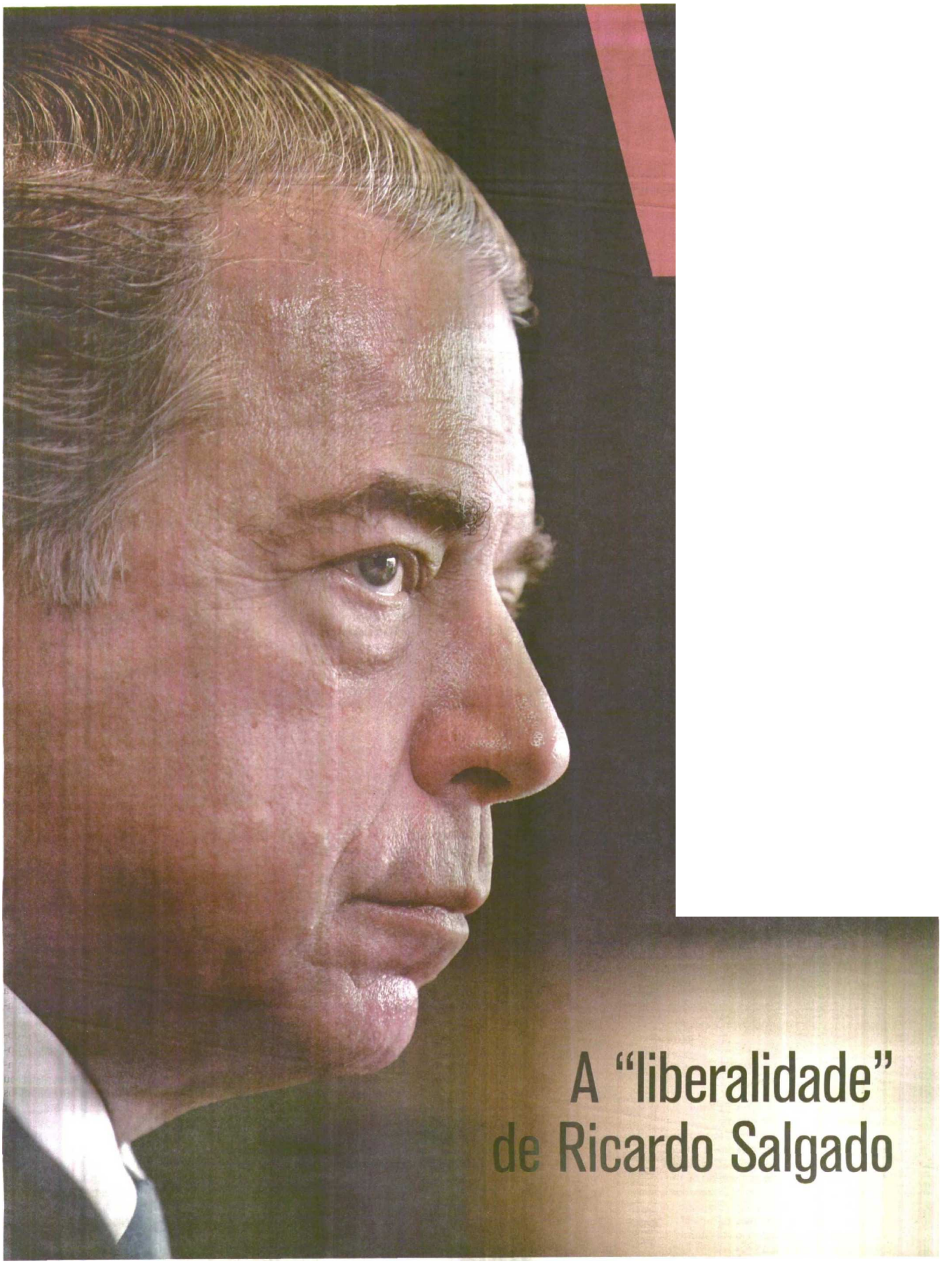
manchete

Jornal Negócios
Weekend
11-07-2014

Periodicidade: Diário
Classe: Economia/Negócios
Âmbito: Nacional
Tiragem: 18239

Temática: Banca/Seguros
Dimensão: 4231
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/4 a 6



A "liberalidade" de Ricardo Salgado

manchete

Jornal Negócios
Weekend
11-07-2014

Periodicidade: Diário
Classe: Economia/Negócios
Âmbito: Nacional
Tiragem: 18239
Temática: Banca/Seguros
Dimensão: 4231
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/4 a 6

O livro "O Último Banqueiro", da autoria das jornalistas do Negócios Maria João Babo e Maria João Gago, relata os 20 anos de Ricardo Salgado à frente do BES. Fala sobre as guerras empresariais, as intrigas familiares, os bastidores, as negociações. E expõe os factos. Editado pela Lua de Papel, o livro é lançado terça-feira, dia 15 de Julho, pelas 21 horas, na livraria Ler Devagar, em Lisboa. Será apresentado pelo historiador Rui Ramos. Aqui fica a pré-publicação de um excerto do capítulo 8, "O longo braço da lei".

O presente de 14 milhões de Ricardo Salgado

Não foi uma comissão. Não foram 8,5 milhões de euros. Foi uma oferta no valor de quase 14 milhões de euros. Ricardo Salgado nunca deu explicações públicas sobre as transferências feitas pelo construtor José Guilherme para a Savoices, a sua sociedade "offshore". Nem perante a família terá esclarecido a razão destes rendimentos. Fundos que foram a principal razão para o ainda presidente do BES ter corrigido a sua declaração de rendimentos de 2011. E que o obrigaram a aderir ao Regime Excepcional de Regularização Tributária (RERT), em 2012. Mas, perante as autoridades, o banqueiro foi obrigado a dar satisfações. Ao Banco de Portugal e ao Departamento Central de Investigação e Acção Penal. A explicação parece simples: foi uma oferta em dinheiro. Um presente de um construtor agradecido pelos conselhos amigos de um velho amigo banqueiro. O acto até tem enquadramento jurídico. Em linguagem de advogado, é uma "liberalidade".

"Q

Quatro parágrafos bastaram para Ricardo Salgado apresentar provas públicas de inocência. Um despacho assinado pelo procurador Jorge Rosário Teixeira, datado de 18 Janeiro de 2013, ilibava o banqueiro, em plena guerra mediática, ao garantir que não era suspeito no caso Monte Branco, nem havia indícios de ter praticado crime fiscal.

"Face aos factos até agora apurados nos presentes autos, não existem fundamentos para que o agora requerente, dr. Ricardo Salgado, seja considerado suspeito, razão pela qual foi ouvido como testemunha. Designadamente, em face das declarações fiscais conhecidas nos autos, não existe, com referência aos indícios até agora recolhidos, fundamento para imputar ao requerente a prática de qualquer ilícito de natureza fiscal", atestava o Ministério Público.

Fugas de informação tinham começado a alimentar uma vaga de notícias que punham em causa a conduta do banqueiro e questionavam a origem de alguns dos seus rendimentos. Na opinião pública estava já criado um clima de condenação. E o escrutínio da sua vida privada vulnerabilizava-o.

Salgado decidiu voluntariamente prestar esclarecimentos às autoridades.

Foi ouvido como testemunha no Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) a 19 de Dezembro de 2012. Os investigadores queriam explicações sobre a origem de um conjunto de movimentos financeiros. O banqueiro tinha sido identificado como cliente da Akoya Asset Management, gestora de fortunas suíça que estava no epicentro da alegada rede de fraude fiscal conhecida como Monte Branco.

Antes de ser ouvido pelo Ministério Público, o banqueiro tinha aproveitado o terceiro Regime Excepcional de Regularização Tributária (RERT), que decorria até ao final de Dezembro de 2012, para pôr em ordem a sua situação com o Fisco.

O despacho que requereu ao procurador não só eliminava as suspeitas sobre a sua conduta, como o autorizava a tornar público o documento.

"Caso o requerente assim o entenda, nada obsta, da nossa parte, a que o presente despacho seja divulgado a terceiros, uma vez que tal divulgação não se mostra susceptível de prejudicar a investiga-

manchete

Jornal Negócios
Weekend
11-07-2014

Periodicidade: Diário
Classe: Economia/Negócios
Âmbito: Nacional
Tiragem: 18239
Temática: Banca/Seguros
Dimensão: 4231
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/4 a 6

Miguel Baltazar

MARIA JOÃO BABO, MARIA JOÃO GAGO
"O Último Banqueiro – Ascensão e queda de Ricardo Salgado"
Lua de Papel, 192 páginas, 2014

ção", concluía o documento assinado por Rosário Teixeira, divulgado a 30 de Janeiro.

O jornal i, detido por Álvaro Sobrinho, e que o BES acusava de prosseguir "uma saga de mentiras relativamente a quadros do grupo", noticiara a 17 de Janeiro de 2013 que Ricardo Salgado tinha feito três rectificações à declaração de rendimentos de 2011, depois de se ter "esquecido" de declarar 8,5 milhões de euros.

O banqueiro liquidara a última de três rectificações de IRS, num total de 4,3 milhões de euros pagos a mais face à colecta inicial datada de Maio – onze dias antes de se ter deslocado ao Departamento Central de Investigação e Acção Penal para prestar depoimento.

Incompetência ou não do contabilista do banqueiro, a necessidade de corrigir os erros na sua declaração de rendimentos, mesmo tendo pago impostos a mais, foi aproveitada pelos concorrentes e inimigos para pôr Ricardo Salgado em xeque.

As investigações judiciais ao Monte Branco tinham começado em Junho de 2011, desencadeadas na sequência da operação Furacão que rebentara em 2005. A acção das autoridades visava desmantelar uma rede que alegadamente fazia sair capitais de Portugal, fugindo ao fisco e permitindo a lavagem desse dinheiro. A até então desconhecida Akoya saltava para as páginas dos jornais. Assim como o nome dos seus clientes.

Para o Estado, a prioridade era recuperar impostos em falta. Como no Furacão, também no Monte Branco o entendimento da justiça era o de que a regularização fiscal, complementada com a não existência de nova acusação, suspendiam o procedimento criminal.

Foi a 30 de Janeiro, com o "esclarecimento cabal" do procurador Rosário Teixeira na mão, que o banqueiro aceitou dar uma satisfação pública. A primeira. Mas também a última.

Ao Jornal de Negócios explicou porque aderiu ao perdão fiscal promovido pelo Governo e porque fez três alterações à declaração de rendimentos de 2011, na sequência da investigação aos fundos geridos pela Akoya.

"Nunca fugi aos impostos nem sou suspeito disso ou de qualquer outra coisa", garantiu Salgado. Confirmou ter aderido ao programa de regularização tributária de 2005, de 2010 e de 2012. E explicou que o dinheiro em causa "foi ganho no estrangeiro" durante os 17 anos que trabalhou fora do país, após as nacionalizações de 1975.

"Todo o rendimento ganho em Portugal ficou em Portugal e pagou todos os impostos em Portugal. O dinheiro do RERT foi dinheiro ganho exclusivamente no estrangeiro", garantiu o banqueiro. No exílio, Salgado começou por viver no Brasil até que em 1982 se mudou para a Suíça, de onde regressou dez anos depois ao País para a privatização do BES.

"Desde que cheguei a Portugal, em 1992, todos os impostos foram pagos impreterivelmente. Nos quatro anos anteriores ao RERT, paguei quase quatro milhões de euros de impostos em Portugal", sublinhou.

Sobre as razões para não ter declarado esse dinheiro em 1992, quando regressou, Salgado apresentou três explicações. "Precisava de manter capital fora de Portugal para fazer face aos investimentos no grupo, que tem sede no Luxemburgo", começou por dizer. "Estavam a ocorrer programas de regularização noutros países, pelo que era expectável que ocorressem em Portugal e valia a pena esperar", revelou ainda.

Por fim, lembrou que o regresso da família foi feito "com alguma prudência, tendo em conta a forma como havíamos saído e a experiência vivida com as nacionalizações".

Uma parte do capital gerado no estrangeiro regressou a Portugal através de aumentos de capital da "holding" familiar, que depois se traduziram em reforços de solidez do banco, explicou o banqueiro. E lembrou que, desde a privatização, o grupo tinha trazido para Portugal cerca de cinco mil milhões de euros.

Admitindo a conotação negativa do RERT, por lançar suspeitas de saída ilegal de capitais do país, Salgado garantia a sua inocência e a dos restantes elementos do clã que aderi-

>>> página 6

manchete

Jornal Negócios
Weekend
11-07-2014

Periodicidade: Diário
Classe: Economia/Negócios
Âmbito: Nacional
Tiragem: 18239
Temática: Banca/Seguros
Dimensão: 4231
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/4 a 6

>>> página 5

ram àquele regime. Além do presidente do BES, também José Maria Ricciardi tinha corrigido as suas declarações fiscais de 2009, 2010 e 2011.

O facto de Salgado ter aderido a três RERT decorreu, segundo explicou, das alterações patrimoniais ocorridas no estrangeiro ao longo dos anos. "Entreguei o RERT a 30 de Maio de 2012, dias depois de o caso ser tornado público. Não teria tido tempo para tratar de um caso tão complexo em meia dúzia de dias". E fazia notar: "Apenas o meu nome se tornou conhecido..."

Pouco mais de um ano depois, em Maio de 2014, também em entrevista ao Jornal de Negócios, apontaria uma razão para que apenas o seu nome tivesse chegado à opinião pública: "Faz parte de uma campanha cirúrgica contra mim".

Com ou sem fundamentos, apresentava uma teoria.

"Não posso esconder que é uma coisa terrível sentir que há uma espécie de operação cirúrgica para denegrir o meu nome de há um ano e meio a esta parte", lamentou Salgado. "Não tenho nenhuma investigação. Não fui acusado de nada, não sou arguido em nada", reafirmou.

As explicações estavam dadas. Às autoridades, à opinião pública e à família. Mesmo havendo "pessoas que não gostam de ouvir", lamentava.

Na notícia de 17 de Janeiro de 2013, o jornal i descrevia os pormenores de cada uma das três rectificações do banqueiro à declaração de IRS. A segunda, entregue a 30 de Agosto, tinha por base a declaração de um rendimento total de 8,5 milhões de euros obtido em Angola.

Salgado desmentiu sempre que esses 8,5 milhões de euros resultassem de comissões recebidas em Angola. Em Setembro de 2013, o Sol, também controlado por Álvaro Sobrinho, noticiava que esse montante tinha sido pago pelo construtor José Guilherme ao banqueiro por serviços de consultadoria e assessoria aos seus negócios naquele país africano.

Salgado desmentiu sempre que esses 8,5 milhões de euros resultassem de comissões recebidas em Angola. Mas nunca deu explicações públicas. Às autoridades, porém, foi obrigado a prestar contas.

"Liberalidade". Foi com esta expressão jurídica que o banqueiro justificou, no Banco de Portugal e no DCIAP, ter recebido, não 8,5 mas um total de 14 milhões de euros do construtor. Em causa estava "um acto de carácter espontâneo e a título gratuito que venha a favorecer ou a beneficiar economicamente alguém". **Resumindo, uma oferta em dinheiro.**

José Guilherme e o presidente do BES conhecem-se há décadas. O construtor consultava frequentemente o banqueiro. Quando decidiu expandir os seus negócios para o Leste da Europa, Ricardo Salgado desaconselhou-o. Em alternativa, recomendou-lhe Angola. E até lhe terá indicado quem contactar em Luanda.

Alguns anos mais tarde, perante o sucesso do investimento, Guilherme fez questão de mostrar ao líder do BES como lhe estava agradecido.

E foi por isso que o presenteou. Com 14 milhões de euros.

Uma oferta do construtor, foi também o que Ricardo Salgado alegou ao Banco de Portugal e ao Ministério Público para justificar aquele rendimento.

As explicações do banqueiro nunca saíram da discrição dos gabinetes das autoridades em que foram dadas. À família e à imprensa, o presidente do BES sempre insistiu: "Dei todos os esclarecimentos na altura, não vou dar a mais ninguém".

As dúvidas criadas pela ausência de esclarecimento público, começavam a fazer mossa. E a ser usadas como armas de arremesso pelos opositores do banqueiro. Mesmo os que pertenciam ao clã viram no crescente clima de suspeição uma oportunidade para começar a empurrar Ricardo Salgado para a porta de saída.

A origem daquele rendimento fez correr muita tinta. Para os seus adversários, incluindo o primo José Maria Ricciardi, estava em causa a idoneidade do líder do BES – condição indispensável para o exercício de funções de gestão na banca.

Outro entendimento teve o Banco de Portugal. A 5 de Fevereiro de 2013, a instituição liderada por Carlos Costa decidiu tornar pública uma nota em que considerava não existirem fundamentos que justificassem a abertura de processos para reavaliar a idoneidade dos órgãos sociais do banco.

Apesar da declaração do BdP, a regularização da declaração de IRS de Salgado tinha sido tornada pública, lançando dúvidas sobre a origem dos seus rendimentos. A mancha reputacional alastrava-se ao BES". W